Amazônia — Um Espaço Tropical

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

O QUADRO FISIOGRÁFICO

As regiões tropicais têm sido indicadas como impróprias à vida humana nos grandes empreendimentos de civilização, no que essa civilização apresenta de mais elevado na dignificação da espécie social. Geralmente portentosas pela riqueza, variedade e explendor da natureza que as caracteriza, essas regiões não constituem um espaço onde seja possível realizar empreendimento de vulto, vencendo o meio e nêle estruturando um sistema de vida, diferente daquela que distingue os grupos tribais ou as sociedades de organizacão incipiente. São insalubres, quentes, úmidas, atingidas por alta pluviosidade. Suas populações estadiam status primários de cultura.

Um mestre eminente de ciência francesa, o professor Pierre Gourou, em livro que vem provocando um debate ruidoso, "Les pays tropicaux", sustentou essa tese à luz do que outros apuraram e êle constatou na experiência que adquiriu na Indo-China. Recapitulando o velho pronunciamento pessimista, deu-lhe atualidade. O homem branco, nos trópicos, a acreditarmos no que ensinam, não consegue realizar ali o que realiza em outras áreas. No mundo tropical, portanto, não há perspectiva risonha senão para a atividade predatória, para a coleta da produção florestal e animal a cargo de populações nativas, marcadas pelo ferrete do meio agreste. As terras tropicais são pobres em humos. A pujança da vegetação que as reveste, nada significa autorizando qualquer esperança de êxito. Ademais, a existência de endemias tira aos que nelas vivem a capacidade para operações de vulto, levando-os a um estado de lentidão de movimentos e de quase integral despersonalização.

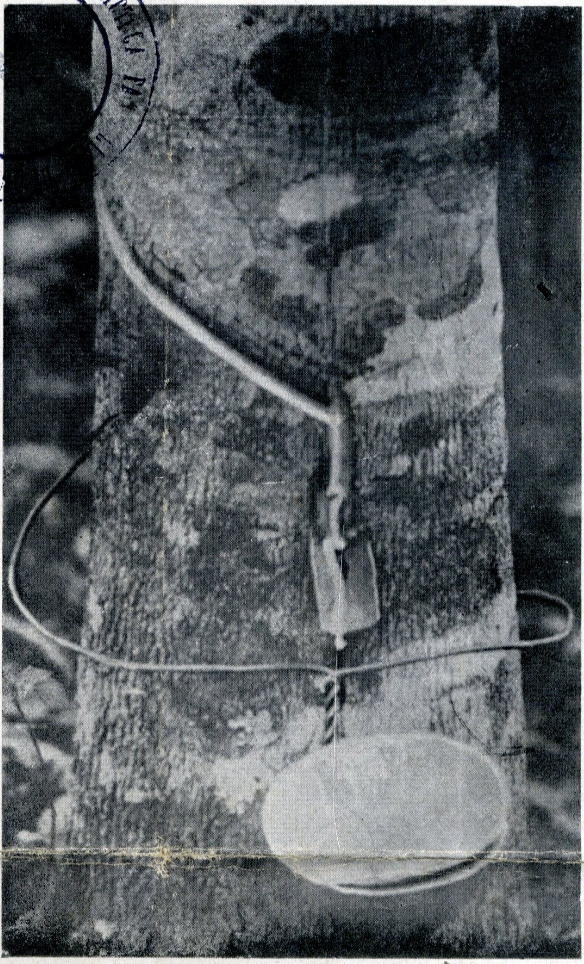
Ora, a Amazônia é um dêsses espaços tropicais, sôbre que já se escreveu uma literatura vastíssima, exaltando-a ou negando-a. Para uns, é a terra do futuro, que garantirá ao Brasil a sua destinação como potência; para outros, não passa de inferno verde, de onde não poderão vir senão aqueles elementos naturais da floresta, extraídos sob técnica primária.

Evidentemente, em face das conquistas da ciência e de tecnologia, não há mais áreas improdutivas, pobres, hostís à vida social nos seus índices mais elevados. As chamadas doenças tropicais não existem. E com os meios de que dispõe hoje, o homem branco vive em qualquer parte, dominando a natureza na medida de sua própria vontade. Assim sendo, como descrer da Amazônia?

Representando, no quadro fisiográfico da América do Sul a maior área especìficamente definida e contínua, a Amazônia interessa à Venezuela, ao Equador, à Colômbia, ao Perú, à Bolívia e ao Brasil. E', portanto, um mundo imenso, que só no Brasil constitui quase dois terços do território nacional.

Como bem sabeis, o que a caracteriza é a rêde hídrica e a floresta fechada, uma e outra sem par pelo volume, pela espessura, pela espetacularidade de seu conjunto. A rêde hídrica, definida pelo Rio Amazonas e suas várias centenas de afluentes e sub-afluentes, lagos, paranás, furos, que lhe recebem ou lhe levam a contribuição diária, em fluxo e refluxo, nas enchentes e vasantes. A floresta fechada, como que barrando a entrada ao homem, pela espessura, rica em espécies, mas heterogênea na distribuição delas. não há a presença continuada das árvores de grande e pequeno porte, da mesma família, do mesmo tipo ecológico, mas uma descontinuidade ilimitada, uma dispersão espantosa. A paisagem assim constituída, é natural, tranquila, repetida, dá a impressão de que nos achamos nos primeiros dias do gênesis. A terra estará em formação ainda, e o homem será, assim, um intruso. A imagem, que Euclides da Cunha divulgou para exteriorizar o que ela lhe pareceu, é uma imagem exata. Porque, se ao pôr do sol, na dobra de um rio, naquilo a que chamamos de estirão, o panorama sabe bem ao espírito, encantando-nos, a paisagem selvagem da floresta e das águas imensas leva-nos a crer que estamos realmente diante da vida em seu estado de natureza, natureza ainda em arrumação, ausente o homem na sua luta para criar o lar e com o lar a sociedade organizada em horas de trabalho e de cultura aprimorada. Fica-se dominado pela idéia de que êle ainda não chegou, ou se chegou, veio antes do momento próprio.

Tomemos, para exemplificar, uma embarcação típica da região Belém em direção a Manáus, que é outra cidade com os índices exigidos a uma capital de província, não encontramos a ocupação continuada das margens do grande rio. O mesmo sucede, prosseguindo- — o "gaiola". Deixando Belém, que é realmente uma cidade de alto padrão cultural, servida do essencial para um centro urbano digno dêsse nome, e onde vivem quase 300.000 habitantes, deixando se pelo Solimões até Iquitos, capital do Departamento peruano de Loreto. Aqui e ali, depara-se-nos um tapiri, que é habitação do caboclo e de sua família. As povoações — sedes de municípios, não expressam progresso, o que significa, não expressam atividade. São pequenas, humildes. Agasalham populações de 2, 3 a 5 mil habitantes, que não dispõem de confôrto e compõem um meio social verdadeiramente singular. E entre uma e outra, o espaço desocupado parece interminável. A terra, por onde passamos, não apresenta, pela vegetação que a cobre, vegetação frondosa, ar de terra dominada, conquistada pelo homem. E nos vem então à mente a dúvida — Gourou e os seus companheiros de tese não estarão certos? A Amazônia, espaço tropical, não constituirá um lôgro? Dela será possível



A seiva da seringueira deu dias de esplendor à Amazônia

esperar, para a grandeza do Brasil, alguma coisa de útil, de permanente e de vultoso? Sua contribuição não se limitará aos capítulos de geografia física de que tanto nos orgulhamos? A maleita, o béribéri, a febre amarela não lhe dizimam as populações, impedindo-as de multiplicarem-se? O calor não é de tal intensidade que essas populações não se mostram com aquela virilidade necessária às empresas de vulto ou mesmo aos afazeres cotidianos? A pluviosidade intensa não dificulta a ação do homem para disciplinação da natureza? As enchentes não destroem o já de si escasso trabalho para criar alguma coisa que não seja apenas aquilo que fornece a natureza? O solo não é pobre, negativo, desencorajador?

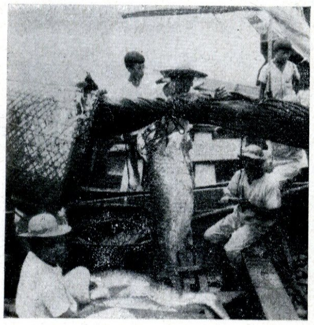
As condições existenciais na Amazônia, se não são as que podemos encontrar no sul do Brasil, não são, no entanto, aquelas que uma literatura pessimista vem espalhando maldosamente. A Amazônia não é o paraíso verde dos ufanistas, nem tampouco o inferno verde dos negadores impenitentes. Temos de compreendê-la como uma área nova nos quadros brasileiros, que está exigindo técnica aprimorada, capitais e programas de trabalho intensivo.

O QUADRO HISTÓRICO

O esfôrço dispendido para dominá-la, incorporando-a ao ecúmeno, é velho de quatro séculos. No primeiro, XVI, quando portuguêses, espanhóis, francêses e inglêses se disputavam o domínio dos oceanos para o domínio das novas terras que os primeiros haviam descoberto, foram os espanhóis as figuras centrais da aventura. Então, com Francisco de Orelana, percorreram a região, vindos do Pacífico e atingindo o Atlântico. Chocando-se com grupos indígenas na foz do Nhanundá, tiveram a impressão de que combatiam contra uma tribu de mulheres guerreiras. Haviam dado ao rio o nome de Orelana. Mudaram-no para rio das Amazonas... Aquelas mulheres da selva fizera-os recordar as famosas combatentes da Capodócia, no mundo helênico. O nome não passou. Ficou.

SEPARATA DA REVISTA
PRESENÇA
N.º 11 - NOVEMBRO - 1952

Amm 1340



Essa primeira fase histórica assistiu ainda ao episódio de outra penetração espanhola, comandada por Pedro de Ursua, que foi assassinado pelos companheiros. A essa altura verificara-se um acontecimento de singular relêvo — a primeira proclamação da Independência da América hispânica. E' que, morto Pedro de Ursua, Lopo de Aguirre, que dirigiu o assassínio, fêz aclamar substituto daquele um nobre que participava da façanha — Fernão de Gusmão... Fez aclamar substituto e rei do Novo Mundo, que passava a desconhecer a soberania espanhola representada na Casa dos Áustrias. A 23 de março de 1561, proclamava-se, solenemente, em plena Amazônia, a independência das Américas. Gesto quixotesco, terminou em sangue, com o destroço dos pretensos heróis da façanha libertária, jogada não mais na selva do extremo-norte, mas em terras da Venezuela, para onde se haviam dirigido.

À fase espanhola seguiu-se a anglo-bátava. Ingleses e holandeses, no intento mercantil de empossar-se do que portugueses e esponhóis também se disputavam nas Américas, atingiram o vale, iniciando-lhe a ocupação e a exploração. Levantaram fortins na costa do Macapá, ao longo do Amazonas e no Xingú. Aliaram-se a tribus da região. Trouxeram escravos da África. Trocaram, com os índios, a matéria prima local — o urucu, sementes oleoginosas, madeiras, gomas. Iniciaram a cultura do algodão, tabaco e cana. Montaram engenhos. Fabricaram açúcar e rum. Nas águas abundantes, pescaram o pirarucu e o peixe-boi, que levaram, salgados, às toneladas, para a Inglaterra e para a Holanda.

Êsses ingleses e holandeses representavam os interêsses de companhias organizadas em Londres e Amsterdan. Delas faziam parte membros da côrte inglesa e ricos negociantes dos Países Baixos e de Flandres.

Em 1616, janeiro, chegaram ao delta os lusos-brasileiros. Chamamos luso-brasileiros a êsses novos pretendentes à Amazônia. E' que dêles participavam portugueses do Reino e portugueses do Brasil, isto é, os mamelucos que se fundiam no nordeste no cruzamento do reinól com a mulher indígena. Francisco Caldeira de Castelo Branco comandava-os. Era um herói de episódios marciais e de episódios pacíficos de govêrno no nordeste. Vinha, justamente nêsse momento, da luta sustentada contra os franceses instalados no Maranhão.

A presença dos luso-brasileiros veio interromper a aventura imperial dos ingleses e holandeses. Porque não lhes foi mais possível permanecer na Amazônia. Os luso-brasileiros não lhes deram socêgo. E durante quase 30 anos, sucederam-se os combates franciscanos de Santo Antônio, conseguindo a cooperação de dezenas de pequenos núcleos de gentio, trouxeram-nos para a luta. A partida foi ganha pelos luso-brasileiros. Nela distinguiram-se, entre outros, o franciscano Frei Antônio de Merciana, mais os capitães Pedro Teixeira, Pedro Baião de Abreu, Pedro da Costa Favela, Bento Marcial Parente, Luiz Aranha de Vasconcelos, Aires de Souza Chichorro, Feliciano Coelho, etc.

À chegada ao delta, Castelo Branco lançara os fundamentos de uma casa-forte, o Presépio, a cuja sombra se começara um núcleo urbano, Santa Maria de Belém. A região recebera o nome de Feliz Lusitânia. Nos primeiros tempos, além do estrangeiro ousado, mas pioneiro, houvera necessidade de agir, com energia, sôbre a multidão selvagem. Os Tupinambás, que se estendiam ao Maranhão, onde se haviam ligado aos franceses, reagindo, num pronunciamento de larga envergadura, foram tratados dràsticamente. Assaltando o Presépio, estiveram a pique de tomá-lo quando seu chefe, o famoso Cabelo de Velha, que penetrara no estabelecimento, caiu vitimado pelas armas dos defensores do fortim. Por fim, batidos em outros encontros, aquietaram. Vencidas aquelas dificuldades iniciais, foi possível penetrar a hinterlândia. Essa penetração, de certo modo rápida e de efeitos surpreendentes. Porque, sem medir perigos, tendo como guia e colaboradora eficiente a gentilidade, amansada pela ação das Ordens Religiosas, os luso-brasileiros atingiram áreas que, pelo Tratado de Tordezilhas eram, positivamente, de Espanha, ampliando, dessa maneira, o império colonial português na América e portanto o Brasil, em menosprezo da soberania espanhola. Diz-se, por isso, que, nessa irradiação continuada, incessante, vitoriosa, os luso-brasileiros empurraram a fronteira, levando-a para muito longe dos pontos em que devia passar o meridiano convencionado na Europa. Está certo, porque, realmente, assim sucedeu.

Entre 1637-39, Pedro Teixeira, que já se distinguira na luta contra os intrusos holandeses e ingleses, a mando do Governador Jacome Raymundo de Noronha subiu o Amazonas. Atingiu Quito, no Equador. No regresso, chantou os marcos de uma nova fronteira do Brasil que nascia na área amazônica, fundando um povoado, a Franciscana, e fazendo lavrar têrmo próprio, em presença de autoridades religiosas e militares espanholas que o acompanhavam na baixada. Com a façanha, abrira aos que viviam até então no delta o caminho do Oeste. Sertanistas, missionários e tropas de guerra subiram o Amazonas, o rio Negro, o Japurá, o Tocantins-Araguaia, o Xingú, o Tapajós, o Madeira, ligando a Amazônia ao Brasil central e a Mato Grosso, onde o bandeirante paulista descobria ouro.

Em direção norte, criada a Capitania do Cabo Norte, hoje Território Federal do Amapá, concedida a Bento Maciel Parente, a expansão entestou com a penetração francesa que descia de Cayena. Os choques armados levaram a providências militares. Em 1697, vencidos os intrusos, foi-lhes tomada a bandeira francesa que haviam desfraldado. E a fronteira, apesar de tôdas as tentativas posteriores dos franceses da Cayena, não foi mais alterada: permaneceu no Oyapoc ou Vicente Pinzon, até onde a levamos tão galhardamente. No Solimões, verificaram-se ligeiros encontros com Jesuitas espanhóis que procuravam criar núcleos com a indiada local para a soberania de sua pátria.

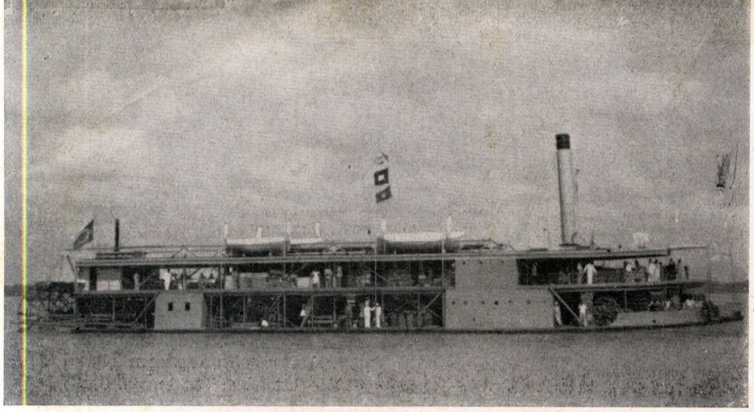
A expansão, efetuada em menos de cem anos, fôra empreendida pelos sertanistas regionais, fôrças militares e religiosas. Os sertanistas buscavam a especiaria abundante no interior, as chamadas "drogas do sertão", isto é, as espécies vegetais que a Europa estava pedindo e utilizando na fabricação de remédios e na codimentação. A especiaria a que se habituara, vinda do Oriente, estava faltando. A Amazônia passara a suprir a pobreza em que se encontravam os mercados.

As fôrças militares tinham atingido a hinterlândia na tarefa política de estabelecer a ordem, fortificar posições e garantir as novas fronteiras que se fixavam. Nesse particular, realizaram um trabalho meritório. Uma rêde de casas fortes foi levantada: Macapá, São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira, Santo Antônio do Gurupá, Óbidos, Santarém e São José do Rio Negro.

As Ordens Religiosas, catequisando os bandos, as tribus ameríndias, lograram êxitos memoráveis. Eram elas: Franciscanas da Província de Santo Antônio, Jesuitas, Carmelitas, Mercedários, Franciscanos da Beira e Minho, Franciscanos da Conceição. Mais de duas dezenas de cidades e vilas amazônicas resultaram de aldeamentos que montaram na tarefa ingente de conquista espiritual daquelas multidões de primitivos.

A conquista, promovida com êsses elementos, é tempo de esclarecer, decorreu de uma política emanada de Lisboa. Não se processou, destarte, pela vontade isolada, pela iniciativa dos colonos e autoridades de Belém. Decorreu, insisto, de um programa de ação executado com decisão e galhardia. Em Portugal decidira-se ampliar o Brasil, ocupando as áreas interiores. Quando, por isso, em 1713 e 1750, pelos tratados de Utrecht e Madri, os portugueses negociaram com os franceses e espanhóis sôbre os limites dos respectivos territórios, aquelas partes que haviam sido desbravadas e ocupadas ficaram fazendo parte integrante do Brasil que começava a tomar consciência nacional.

Essa conquista não se limitou, no entanto, aos episódios da exploração comercial, assentamento de casas-fortes e domínio sôbre o gentio. Ao contrário, exerceu-se também pela ação direta sôbre a terra, lavrada intensamente e ocupada através de um povoamento e colonização ordenados tècnicamente. Fizeram-se, na base de planos traçados pelas autoridades portuguesas, imensas culturas de cacáu, cravo, algodão, café, cana, com que se fabricou açúcar. A exportação dessas espécies movimentou frotas respeitáveis. Davam-se prêmios aos lavradores. Êsses lavradores, ora eram os caboclos resultantes da mestiçagem com a mulher indígena, ora eram os próprios índios que deixavam as tabas e se vinham localizar nos povoados



ribeirinhos, ora eram colonos vindos de Portugal ou das ilhas dos Açores. Os ilhéus chegaram aos casais. Com êles se povoou Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Pois com êles também se fêz a ocupação do vale amazônico. Macapá e Bragança, por exemplo, são duas cidades que fundaram. Trabalhadores de classe, cooperaram tenazmente na formação social e no desenvolvimento econômico da Amazônia.

Pelas condições especiais da região, onde não havia caminhos terrestres ligando os centros urbanos, as propriedades agrícolas ou de criação, mas ùnicamente os caminhos líquidos, proporcionados pela imensa bacia hidrográfica, houve necessidade de criar-se a frota interior para todos os serviços de transporte. Montaram-se, para tal, utilizando a técnica nativa, pequenos estaleiros, que produziam dia e noite as embarcações dos mais variados tipos para o uso diário dos colonos e das autoridades. Em Belém, onde hoje é o Arsenal de Marinha e a Base Naval, antigo Hospício de Franciscanos, construiu-se um arsenal de maiores proporções, onde se fizeram embarcapões de alto mar: navios mercantes e de guerra, para a armada portuguesa. Só na última decada do século XVIII, para exemplificar, à vista das possibilidades de guerra com a França e ataque à Guiana Francesa, prepararam-se ali quatro fragatas, três charruas, três bergantins, doze chalupas artilhadas. Os operários, em número de 2.000, eram caboclos paraenses, dirigidos por mestres portugueses.

Proclamada a Independência, a Amazônia, apesar do esfôrço que desenvolveram os portugueses para mantê-la consigo, incorporou-se ao Império. Para isso, lutou de armas na mão, em lances heróicos de que só agora o país vem tomando melhor conhecimento.

Ao integrar-se no Império brasileiro, a Amazônia continuava, todavia, um espaço imenso, que exigia a execução de providências continuadas para que deixasse de ser ùnicamente uma região exótica, de cêrca de quatro milhões de quilòmetros quadrados, com uma população que alcançava apenas o meio milhão de habitantes. A política realística que se exigia não foi, no entanto, decretada. O Império nascente tinha pela frente uma série de problemas de caráter interno e externo que não permitiam atenção para os problemas da colonização de suas várias áreas geo-econômicas. A Amazônia, então, padeceu os rigores de uma agitação política violentíssima. De 1823 a 1840, lavrou nela um verdadeiro estado de guerra civil que lhe destruiu as culturas e lhe diminuiu os já escassos quadros populacionais.

Três acontecimentos de ordem econômica vieram, porém, pouco depois, alterar profundamente a paisagem social e econômica — a introdução da navegação a vapor, a exploração intensiva da borracha e a chegada dos emigrantes nordestinos.

A navegação a vapor, devemo-la a Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, que organizou a Companhia de Navegação do Amazonas, cujas embarcações passaram a frequentar todos os grandes afluentes do rio-eixo, dêsse modo garantindo o movimento mercantil e o próprio povoamento. À iniciativa de Mauá seguiram-se outras.

A exploração da borracha, se de um lado determinou o abandono das atividades agrárias e da própria coleta de certas espécies nativas, de outro assegurou o desenvolvimento da região pelo seu maior intercâmbio com o exterior, inversão de capitais, progresso material e ampliação territorial do país no episódio da conquista do Acre.

A imigração nordestina, começando no segundo período do século XIX, tomou proporções a partir de 1877, quando a sêca dos sertões cearenses forçou a saída de muitos milhares de sertanejos. Êsses imigrantes, encontrando a Amazônia entregue à exploração da borracha, atiraram-se a ela. Terras como as dos vales do Xingú, do Tapajós, do Purús e do Juruá, até aquela época levemente exploradas, de logo receberam milhares de nordestinos. Pelo Purús, foi atingido o que hoje chamamos de Território do Acre. Cêrca de 100.000 cearenses ali se estabeleceram, na colheita da "hevea brasiliensis".

Fotos do prof. Lúcio Soares

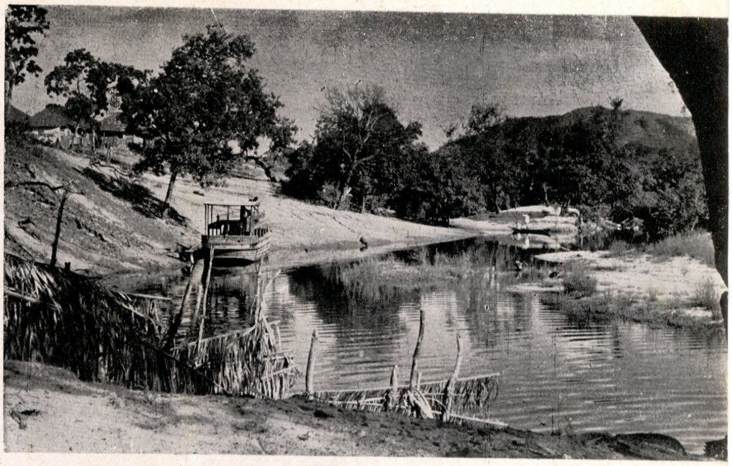
A Bolívia disputava ao Brasil a soberania sôbre aquela área interna. Apresentava títulos vindos da colônia. Alegara um tratado que firmara conôsco em 1867, pelo qual o Acre lhe devia pertencer. Nenhum boliviano, contudo, comparecera ao Acre. Nem colono, nem autoridade. Os brasileiros, quando a soberania boliviana foi reconhecida pelo nosso Govêrno, decidiram não permitir em que ela se efetuasse. Proclamaram a independência do território, constituindo-o como Estado livre. Vencidos nessa primeira tentativa, não desanimaram. A luta prosseguiu. A Bolívia, sem meios materiais para dominar a situação, arrendou o Acre a um sindicato estrangeiro. O fato provocou escândalo internacional. Porque, com aquela novidade, a nação boliviana inaugurava um sistema perigoso às soberanias continentais. A concessão abria os portos da Sul América ao capitalismo imperialista. As populações brasileiras do Acre não se conformaram com a nova situação que se criava e sob a chefia de um caudilho gaucho, Plácido de Castro, lançaram-se a novo esfôrço. A querra terminou em 1903 com a intervenção do Govêrno Federal. Era ministro das Relações Exteriores, na época, o Barão do Rio Branco, que alarmado com o gesto mercantil do govêrno boliviano, agiu ràpidamente, conseguindo, pelo Tratado de Petrópolis, que o Acre se incorporasse ao Brasil em definitivo.

Rio Branco, é tempo de registrar, numa política diplomática da mais alta importância, tendo encontrado uma série de questões de limites que ameaçavam a tranquilidade continental, várias delas no setor amazônico, como eram as da fronteira com as Guianas Francêsa e Britânica, tratou de resolvê-las, encerrando de vez o problema grave, fundamental, da definição de nossa base física.

O ciclo da borracha permitiu, assim, ao Brasil o seu crescimento territorial. Assegurou-lhe, mais, divisas no exterior, para as suas compras, para a realização das transformações de ordem material a que procedeu em tôda extensão do país. As populações amazônicas, no cômputo geral das rendas nacionais, figuraram como as que asseguravam maior contribuição ao tesouro da União.

Não se fêz, porém, na Amazônia, qualquer trabalho no sentido de transformar a técnica de produção da borracha. Continuavam os métodos empíricos de extração do latex, das gomas e do seu primeiro tratamento. Não se fêz a cultura das árvores que as produziam. Os preços porque se efetuavam as vendas para o exterior cresciam dia a dia. Os mercados compradores trataram de reagir. Como reagir? Plantaram a espécie gomífera no Oriente, em possessões inglesas, francesas e holandesas. Em 1910, a produção do Oriente comparecia aos mercados consumidores. Eram apenas algumas toneladas. Em 1914, todavia, já superavam a produção amazônica. Os preços, pela abundância do produto e pela própria mão de obra barata do Oriente, cairam. Não podíamos oferecer resistência. Não nos tínhamos aparelhado para a competição. Estávamos desprevenidos. Começou a decadência.

O Govêrno Federal, atendendo aos clamores da região e aos interesses econômico-financeiros do país, planejou a valorização da



borracha. O programa incluía a valorização do homem. Até aquêle momento tudo tinha sido feito empiricamente, e criado ao sabor das circunstâncias. Era preciso, portanto, agora, encarar a realidade nos seus aspectos totais.

Infelizmente, as medidas decretadas não foram sequer iniciadas. A Amazônia teve, por isso, de viver, daí por diante, dos seus próprios recursos, em tentativas heróicas para sobreviver.

No decorrer do recente conflito mundial, é certo, registrou-se uma corrida aos seringais, de vez que havia necessidade de borracha para a preparação dos recursos com que organizar a vitória democrática. A recuperação da área lactífera processou-se, no entanto meio desordenadamente, com resultados pouco compensadores. Mais uma vez, será o caso de indagarmos, falharam as esperanças na região?

A REALIDADE ATUAL

A Amazônia, como estamos vendo, é fruto de um imenso trabalho para criá-la como área política, área social e área econômica, mas trabalho realizado sem disciplinação conveniente. O homem amazônico tem agido sem os recursos da boa técnica, desassistido de tudo. Apesar disso, a atualidade amazônica não é desencorajadora. Ao contrário, examinadas suas condições, podemos dizer que apresenta perspectivas animadoras. Sua população ascende agora a quase 2.000.000 de indivíduos. As endemias que tanto lhe entravaram o crescimento populacional e contribuiram para envolver a região daquelas reservas e suspeitas que a prejudicaram, estão sendo vencidas. O Serviço Especial de Saúde Pública, aplicando técnica moderníssima, realiza uma tarefa admirável de saneamento. A malária perde terreno. Alguns trechos, como o Território do Guaporé, estão inteiramente livres do terrível mal.

A produção não se limita mais à borracha e à castanha. Inscrevem-se entre os gêneros produzidos: o timbó, o pau rosa, as sementes oleaginosas, o algodão, o fumo, o arroz e a juta. Esta é uma experiência recentíssima. Datam as plantações iniciadas de 1937 quando na colônia japonesa de Parintins foi conseguida a aclimação da espécie indiana. Extendendo-se pelo Baixo Amazonas, em direção ao delta, subindo pelo Solimões em direção à fronteira com a Colômbia-Peru, a juta já é hoje uma cultura de vulto. Basta que lhes diga que no momento em que vos falo ascende a 22.000 toneladas, que abastecem perfeitamente a indústria nacional, dispensando totalmente a similar indiana. Com a aclimação, convém esclarecer, criou-se um tipo novo, que a própria Índia está interessada em obter para plantio.

Um órgão de pesquisas, o Instituto Agronômico do Norte, realiza o estudo metódico e científico da floresta, no que ela possui de peculiar e de importante para a exploração comercial.

O inventário dessa riqueza, agora sob a direção de serviço brasileiro, durante muito tempo foi empreendimento intenso de estrangeiros. Como poucas regiões da terra, a Amazônia despertou a curiosidade de eminentes homens de ciência e de sociedades especializadas da Europa e dos Estados Unidos.

Assim, figuras como Charles Marie de la Condamine, Wallace, Bates, Spix e Martius, Paepping, Spruce, Adalberto da Prússia, Castelnau, Osculati, Herdon, Gibbon, Chandless, Agassiz, Herber Smith, Keller, Leuzinger, Nattarrer, Crevaux, Kock Crünberg, Jacques Huber, Emílio Goeldi, Katzer, Coudreau, Hamilton Rice, estudaram a flora, a fauna, o subsolo, a climatologia, a rêde hídrica, os grupos indígenas, portanto a paisagem física e humana, revelando-a em detalhes. Criaram uma literatura de alto conteúdo científico.

De nossa parte não estivemos ausentes da emprêsa cultural. E a começar de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista baiano que durante quase uma decada subiu e desceu rios, olhando com olhos de ver, examinando com um carinho particular as coisas locais, passando por José Maria Nogueira, Marcos Pereira de Sales, Couto de Magalhães, Eduardo José de Morais, Silva Coutinho, Luís Curls, Euclides da Cunha, Adolfo Ducke, Oswaldo Cruz, Alfredo da Mata, até os trabalhos mais recentes, de ordem geográfica, da Comissão de Limites dirigida superiormente pelo capitão de mar e guerra Braz Dias de Aguiar, também nos voltamos para aquêle mundo exótico procurando compreendê-lo, interpretá-lo, conhecê-lo nos detalhes, nas particularidades.

A Constituição da República no seu artigo 199, determina que 3% das rendas tributárias da União sejam aplicadas num plano de valorização da Amazônia. O Senado acaba de aprovar o projeto criando um órgão que se encarregue da realização do programa de valorização. Em consequência, durante, no mínimo, 20 anos consecutivos a União vai realizar a obra gigantesca de levantar os padrões de vida da região, incorporando-a aos quadros de civilização brasileira.

Ora, depois do que aqui se diz, será justificável empregar ali aquelas somas vultosas?

Criamo-nos, gerações e mais gerações, embalados por um falso sentimento de brasilidade, aprendendo na escola primária que somos um país imensamente rico, sem igual no continente. Isso não é verdade. *A lição da experiência ensina, ao contrário, que não fomos aquinhoados pela natureza com aquela fabulosa riqueza que lemos nos livros de exaltação nacionalista. Tampouco constituimos a degradante nação que envilece ràpidamente, como pretendem os pessimistas de tôdas as horas. Somos a resultante de um grande esfôrço para dominar o espaço agreste.* Já construímos uma base física. Criamos uma sociedade que se funda na harmonia das côres e das religiões. Trabalhamos, corajosamente, na elaboração de uma base econômica. Constituimos um imenso arquipélago, assinalado pelas várias regiões que integram a nação e se devem complementar do mesmo modo porque devem ter tratamento igual da União. Entre essas regiões está a Amazônia. Esforçamo-nos por torná-la membro da família territorial brasileira. Devemos deixá-la agora entregue aos seus próprios recursos ou vitalizá-la? Os técnicos da escola do professor Pierre Gourou estarão certos? Os técnicos brasileiros que se reuniram recentemente, por ordem do Chefe do Govêrno, para programar os serviços a realizar em cumprimento ao têxto legal, afirmaram a possibilidade de grandes resultados na aplicação da verba constitucional. Êsses técnicos falaram como técnicos. Não afirmaram ao calor de entusiasmos nacionalistas.

A Amazônia, nossa, pode e deve ser assistida na sua grandeza em potencial.